

CARTA DE MACAPÁ

Os participantes do X ENCONTRO NACIONAL DOS MEMORIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, realizado entre os dias 31 de outubro e 1º de novembro de 2019, em Macapá, Estado do Amapá, representando o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), os Ministérios Públicos dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Pará, Piauí, Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul; bem como o Ministério Público da União, com representantes do Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Contando, também, com a presença do Exmº Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, Desembargador Eduardo Freire Contreras, de representantes da Universidade Federal do Amapá e da ANOREG/AP.

Considerando o conteúdo das Resoluções nº 138, de 15 de março de 2016, e 158, de 31 de janeiro de 2017, aprovadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que estabelecem normas e diretrizes gerais da política de gestão documental e da memória no âmbito do Ministério Público, criando o PLANO NACIONAL DE MEMÓRIA E GESTÃO DOCUMENTAL – PLANAME;

Considerando-se, ainda, as reflexões críticas extraídas do X Encontro Nacional dos Memoriais do Ministério Público, com especial ênfase para o processo de construção, preservação e consolidação da memória, história e patrimônio cultural e documental no âmbito do Ministério Público;

REAFIRMAM os compromissos constantes das Cartas anteriores, concitando os gestores dos Ministérios Públicos

RECOMENDAM que as unidades ministeriais dotem os setores de Arquivo, Biblioteca e Memória de equipamentos de preservação dos documentos em meio físico e digital, com o desenvolvimento de ferramentas que disponibilizem o acervo para pesquisa e consulta. Que as unidades ministeriais, através dos Centros de Aperfeiçoamento Funcional, Arquivos, Bibliotecas e Centros de Memória, elaborem cursos, cartilhas e outros meios que dotem os agentes ministeriais – membros e servidores – de conhecimento para identificação de documentos com valor histórico. Que a estruturação de Centros de Informação e Memória que integrem Arquivo, Biblioteca e Memorial sejam inseridos no organograma dos Ministérios Públicos;

APLAUDEM a iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), via COPLANAME, de providenciar a elaboração de tabelas unificadas de temporalidade área meio e área fim, observando em sua formulação, as atuais tabelas de taxonomia, considerando tratar-se de ferramentas essenciais à boa política de gestão de documentos e, por consequência, filtro para preservação de documentos com valor histórico;

CUMPRIMENTAM, igualmente, o CNMP, pela implantação do Portal dos Memoriais, bem como a criação do Catálogo dos Memoriais, ferramentas que oportunizam e estimulam o diálogo dos diversos Memoriais, franqueando o intercâmbio de informações e a permuta de boas experiências e/ou práticas de preservação ou difusão da história institucional;

REITERAM a proposta de abordar a história do Ministério Público nos programas de ingresso na carreira do MP, bem como na capacitação de seus membros e servidores e nos

RATIFICAM que o XI Encontro Nacional de Memoriais do Ministério Público seja realizado pelo Ministério Público Federal no Estado de Goiás (MPF-GO), em 2020, conforme candidatura previamente apresentada e que o XII Encontro Nacional de Memoriais do Ministério Público seja realizado no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2021, se possível em concomitância com a realização do I Congresso de Documentação, Arquivo, Biblioteca e Memória do Ministério Público Brasileiro.

E, por fim, **DECIDEM** pelo encaminhamento da presente Carta ao Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, aos Procuradores-Gerais de todos os Ministérios Públicos, aos Presidentes dos Conselhos Nacionais dos Procuradores-Gerais e dos Corregedores-Gerais, aos Procuradores-Chefes de todas as unidades administrativas do Ministério Público da União, ao Conselho de Diretores de Escolas e Centros de estudos do Ministério Público, do Conselho Nacional dos Ouvidores e a todos os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, a fim de dar-lhes ciência do seu conteúdo.

Macapá, 1º de novembro de 2019.

[Handwritten signatures in blue ink, including names like Manoel Tito, Alexandre Galvão, and others.]